

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 12 de fevereiro de 2019

A Administração

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa				Nota explicativa		
	2018	2017	2018		2017		
Ativo Circulante				Passivo e patrimônio líquido Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	32.306	12.299	Fornecedores	6	3.096	2.355
Contas a receber de clientes	5	33.000	-	Financiamentos	8	145.224	33.718
Adiantamentos - partes relacionadas	6	-	45.978	Outras contas a pagar - partes relacionadas	6	-	2.029
Ativo financeiro	7	177.743	90.838	Salários e encargos sociais a recolher	8	2.559	1.970
Impostos a recuperar		5.455	-	Dividendos propostos	9 (iii)	-	23.479
Outros créditos		771	551	Impostos e contribuições a recolher		2.481	1.016
Total do ativo circulante		<u>249.275</u>	<u>149.666</u>	Total do passivo circulante		<u>153.360</u>	<u>64.567</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos	8	2.754.164	2.644.681
Aplicações financeiras - caixa restrito	8	48.529	1.962	Empréstimos - partes relacionadas	6	7.855	-
Ativo financeiro	7	3.451.184	3.153.376	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.b	113.813	50.936
Impostos a recuperar		16.916	6.801	Tributos diferidos	14	49.606	35.659
Outros créditos		21	-	Total do passivo não circulante		<u>2.925.438</u>	<u>2.731.276</u>
Total do realizável a longo prazo		<u>3.516.650</u>	<u>3.162.139</u>	Patrimônio líquido			
Imobilizado		2.083	1.016	Capital social	9.a	468.515	441.600
Total do ativo não circulante		<u>3.518.733</u>	<u>3.163.155</u>	Reservas de lucro	9.b	220.695	75.378
				Total do patrimônio líquido		<u>689.210</u>	<u>516.978</u>
				Total do passivo		<u>3.078.798</u>	<u>2.795.843</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>3.768.008</u>	<u>3.312.821</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social			Reservas de lucros			Lucros	
		Subscrito	A integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial	(prejuízos) acumulados	Total	
Saldos em 1º de janeiro de 2017		405.600	(15.000)	-	-	-	(376)	390.224	
Aumento de capital	9.a	36.000	15.000	-	-	-	-	51.000	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	99.233	99.233	
Destinações:									
Reserva legal	9.b (i)	-	-	4.943	-	-	(4.943)	-	
Dividendos mínimos propostos	9.c	-	-	-	-	-	(23.479)	(23.479)	
Provisão de reserva de retenção de lucros	9.b (ii)	-	-	-	70.435	-	(70.435)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2017		441.600	-	4.943	-	-	-	516.978	
Aumento de capital	9.a	26.915	-	-	-	-	-	26.915	
Constituição de reserva especial	9.c	-	-	-	-	23.479	-	23.479	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	121.838	121.838	
Destinações:									
Reserva legal	9.b (i)	-	-	6.092	-	-	(6.092)	-	
Constituição de reserva especial	9.b (ii)	-	-	-	-	28.937	-	(28.937)	
Constituição de reserva de retenção de lucros	9.b (iii)	-	-	-	86.809	-	-	(86.809)	
Saldos em 31 de dezembro de 2018		468.515	-	11.035	157.244	52.416	-	689.210	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais - R\$)

1. Contexto operacional

O Sistema Produtor São Lourenço S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital fechado, sediada na cidade de São Paulo, foi constituído em 3 de julho de 2013, tendo por objeto social a prestação de serviços de operação, manutenção, conservação, vigilância e segurança patrimonial do sistema de desidratação, secagem e disposição final do lodo do Sistema Produtor São Lourenço ("Empreendimento"), inclusive, manutenção, conservação, vigilância e segurança patrimonial das unidades e dos sistemas do Empreendimento, bem como a execução de obras pertinentes ao Empreendimento. Os negócios da Companhia são geridos em conformidade com as disposições do edital de concessão e com as condições e especificações do contrato de parceria público-privada ("Contrato PPP"), celebrado em virtude do procedimento licitatório promovido pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ("Poder Concedente"). O prazo total do contrato de concessão é de 300 meses (25 anos), composto de uma fase inicial de obras, com valor total de investimento de aproximadamente R\$ 2,6 bilhões, e uma fase de operação do empreendimento. Conforme previsto em cláusulas contratuais, o contrato obteve eficácia a partir de 10 de abril de 2014, com o cumprimento das exigências estabelecidas. Em 23 de maio de 2018 por intermédio da celebração de contrato de compra e venda, foi alterado o controle da Companhia Sistema Produtor São Lourenço S.A. que até a respectiva data era da Construtora e Comércio Camargo Corrêa S.A. e da Andrade Gutierrez Engenharia S.A. e passou então a ser da Empresa CGGC Construtora do Brasil Ltda. Esta alteração de controle foi aprovada tanto pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, quanto pelos agentes financeiros Caixa Econômica Federal, Banco Itaú e Banco BTG Pactual. A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP autorizou o início da fase de operação do sistema a partir do dia 10 de julho de 2018 com a emissão da Autorização de Prestação de Serviços e emissão da Autorização da Operação do Lodo, após a comprovação pela SABESP da disponibilização da capacidade de tratamento e adução de água, mesmo antes da emissão do Termo de Aceitação das Obras.

2. Base de elaboração

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa nº 3.12. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia, as quais estão listadas abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras:

Receita operacional

Receita de construção e a receita de atualização do ativo financeiro é proveniente de contratos de concessão; reconhecidas de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e a orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, que determinam a utilização de modelo do ativo financeiro, conforme estabelecido pelo parágrafo 93 da referida orientação. Com base nesse modelo, a receita é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro construído (investimento realizado na construção da infraestrutura). A receita de operação ou prestação de serviços, é reconhecida na medida em que os serviços são prestados pela Companhia. O efeito da aplicação inicial do CPC 47 está descrito na Nota Explicativa nº 3.12.

Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais (R\$) e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados: obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas com base no despesa de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação contratual de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Vide Nota Explicativa 3.12. B. i. Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.
Passivos financeiros
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social diferidos. O imposto diferido é reconhecido no resultado.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação.

Capital social

Ações ordinárias são classificadas como capital social no patrimônio líquido. Cada ação ordinária nominativa da Companhia confere ao titular direito a um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas da Companhia.

Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- atualizações monetárias resultantes de aplicações financeiras, usando o método de taxa efetiva de juros.

As variações monetárias ativas ou passivas são decorrentes da cobrança ou pagamento a terceiros, excetuando-se o pagamento de empréstimos, reconhecidas pelo regime de competência pro rata temporis.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado

principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Uso de estimativas e julgamentos
A preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 13 (b) - Imposto de renda e contribuição social diferidos; e

Nota 7 - Ativo Financeiro.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia (Nível 1 ao 3) baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. A Companhia possui seus instrumentos financeiros classificados no Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota 15 - Instrumentos financeiros.

Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais:
A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuflências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidas a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação**

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (vide A) e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (vide B) a partir de 1 de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nas demonstrações financeiras da Companhia.

A. CPC 47 - Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 - Receitas, e o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas.

A Companhia, após análise das normas e das condições contratuais firmadas com a SABESP no contrato de concessão, concluiu que não teve alteração na metodologia de reconhecimento das receitas de construção.

B. CPC 48 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros; Reconhecimento e Mensuração.

i. Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018.

	Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 9
--	--	--	---	---

Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	12.299	12.299
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.962	1.962
Ativo Financeiro	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	3.244.214	3.244.214

Passivos financeiros
Outros passivos financeiros
Outros passivos financeiros
2.678.399
2.678.399

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA (Valor justo através de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou VJR (Valor justo através do resultado). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

A Companhia possui somente ativos financeiros classificados como custo amortizado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:
Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

☆ **continuação**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais - R\$)

Movimentação de empréstimos - Partes relacionadas

	2018	2017
Saldo Inicial	-	-
Captações	7.500	-
Provisão de juros (*)	211	-
Provisão de IOF (*)	144	-
Saldo Final	<u>7.855</u>	-

(*) Transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa no exercício.

As divulgações no quadro acima de partes relacionadas com os Grupos Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez consideram as transações efetuadas com a Companhia até 23 de maio de 2018, período em que os Grupos Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez detinham controle sobre Sistema Produtor São Lourenço S.A.

Remuneração dos administradores

O montante pago em 2018 é de aproximadamente R\$1.695 (R\$1.089 em 2017), referente a benefícios de curto prazo, como salários, encargos e outros benefícios, registrado na rubrica "Despesas gerais e administrativas" no resultado. Não há benefícios pós-emprego nem remuneração baseada em ações.

Controladora e controladora final

Até 23 de maio de 2018 as controladoras direta e final eram as Companhias: Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. e a Andrade Gutierrez Engenharia S.A. A partir desta data, a controladora direta é a CGGC Construtora do Brasil Ltda. A controladora final é o Grupo China Gezhouba Group Corporation, sediada na China.

7. Ativo financeiro

De acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia registrou os valores a receber como ativo financeiro em decorrência do direito incondicional de recebimento de contraprestação mensal fixa do contratante do contrato de PPP, a partir do início da fase de operação do projeto (ocorrida em julho de 2018), até o final da concessão. Os serviços de construção realizados pela Companhia (execução das obras) serão remunerados pela contraprestação mensal a ser recebida.

	2018	2017
Saldo Inicial	3.244.214	2.424.248
Adições (a)	94.951	456.843
Atualização (b)	431.348	363.123
Amortização (c)	(141.586)	-
Saldo Final	<u>3.628.927</u>	<u>3.244.214</u>
Circulante	177.743	90.838
Não circulante	3.451.184	3.153.376

(a) Referem-se à receita de construção reconhecida no exercício.

(b) A atualização do ativo financeiro que é calculada com base no método da taxa efetiva de juros e calculada com base em dados reais do projeto e projeções ao longo do período de concessão.

(c) As amortizações do ativo financeiro vem sendo realizadas a partir de agosto de 2018 quando iniciou-se o recebimento da contraprestação mensal.

8. Financiamentos

Modalidade	Vencimento	Taxa de juros	2018	2017
Repasse de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	Setembro de 2038	7,50% a.a. + TR	2.949.842	2.730.008
(-) Custos de transação a amortizar			(50.454)	(51.609)
Total			<u>2.899.388</u>	<u>2.678.399</u>
Circulante			145.224	33.718
Não circulante			2.754.164	2.644.681

(*) TIR (Taxa interna de retorno) efetiva com o custo de transação 8,3% a.a. + TR.

Informações sobre a exposição da Companhia à taxa de juros e risco de liquidez estão incluídas na Nota Explicativa nº 15.

Em 4 de dezembro de 2014, foi assinado contrato de financiamento de longo prazo cuja primeira liberação ocorreu em 8 de maio de 2015.

O financiamento ocorre do repasse de recursos do FGTS, formalizado entre a Companhia, a Caixa Econômica Federal, o Itaú Unibanco S.A. e o Banco BTG Pactual S.A. e é destinado ao financiamento de investimentos para o Sistema Produtor São Lourenço, no âmbito do Programa Saneamento Para Todos - Modalidade Abastecimento de Água.

O valor total a ser contratado por essa linha de financiamento é de R\$2.352.700 e estão previstas liberações trimestrais até abril de 2019. O saldo devedor será apurado mensalmente, a partir da contratação, até a sua efetiva liquidação, contemplando os períodos de carência e amortização, até o pagamento integral do financiamento. O período de carência corresponde ao prazo de conclusão das obras, acrescido de até 4 meses, limitado ao total de 48 meses a partir da assinatura do contrato de financiamento. De acordo com essa regra, o início da amortização do financiamento ocorrerá em janeiro de 2019.

Para o cumprimento do contrato, foi constituída uma conta reserva, não movimentável pelo seu titular, a qual acumula um saldo equivalente as três próximas prestações mensais vencidas do financiamento. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo dessa conta é de R\$48.529 (R\$1.962 em 31 de dezembro de 2017), apresentado na rubrica aplicações financeiras - caixa restrito.

De acordo com o contrato de financiamento de longo prazo, determinadas condições e obrigações devem ser atendidas, tais como a manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Divida - ICSD superior a 1,20 durante a fase de amortização do financiamento (a data base da primeira apuração de ICSD será em 31 de dezembro de 2019), restrições em relação à distribuição de dividendos, limitação de endividamento de curto prazo e mudança acionária da Companhia, e garantias foram prestadas tais como cessão de direitos do contrato de concessão. A administração monitora essas exigências, as quais foram atendidas em 31 de dezembro de 2018.

A movimentação dos financiamentos no exercício é como segue:

	2018	2017
Saldo Inicial	2.678.399	2.275.902
Fluxo de caixa:		
Captações do financiamento	16.292	207.248
Pagamento do custo de transação	(3.108)	-
Pagamento de juros	(8.462)	(7.411)
Subtotal - fluxo de caixa	<u>2.683.121</u>	<u>2.475.739</u>
Variações sem caixa:		
Outros custos	1.808	-
Juros	214.459	202.660
Saldo Final	<u>2.899.388</u>	<u>2.678.399</u>

As parcelas de longo prazo, em 31 de dezembro de 2018, vencem como segue:

2020	144.956
2021	144.956
2022	144.956
Após 2023	2.319.296
Total	<u>2.754.164</u>

9. Patrimônio líquido

a. Capital social:

	2018	2017
Capital social inicial	441.600	405.600
Subscrição de capital social	26.915	36.000
Capital social final	<u>468.515</u>	<u>441.600</u>

	2018	2017
Quantidade inicial de ações	487.596.262	451.300.334
Subscrição de novas ações	24.436.491	36.295.928
Quantidade final de ações	<u>512.032.753</u>	<u>487.596.262</u>

Em 2018, o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$468.515. Os aumentos de capital estão demonstrados à seguir e foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária realizadas nas datas relacionadas abaixo, emitidas e pagas em dinheiro:

Data	Ações	Valor
19.01.2018	2.844.038	3.100
19.02.2018	3.301.890	3.500
23.03.2018	6.545.458	7.200
18.04.2018	2.000.000	2.200
20.06.2018	9.745.105	10.915
Total em 31.12.2018	<u>24.436.491</u>	<u>26.915</u>

Data	Ações	Valor
14.06.2017	23.157.896	22.000
17.11.2017	1.923.078	2.000
15.12.2017	11.214.954	12.000
Total em 31.12.2017	<u>36.295.928</u>	<u>36.000</u>

b. Reserva de lucros:

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

É destinada para a realização de investimentos e/ou distribuição de dividendos acumulados.

(iii) Reserva especial

Em 30 de abril de 2018 por meio de Ata de Assembleia Ordinária (AGO), foi aprovado que não haverá distribuição de dividendos obrigatórios, tendo em vista a vedação que a Companhia está sujeita até o encerramento do exercício social de 2019, por força das estipulações contidas e tal respeito no Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento mediante Repasse de Recursos do FGTS, e contratos correlatos, firmados pela Companhia em 04 de dezembro de 2014. O dividendo obrigatório apurado conforme demonstração financeira encerrada em 31 de dezembro de 2017, assim como os dividendos obrigatórios que acaso venha a ser apurados quando do encerramento dos exercícios sociais de 2018 e 2019, deverá ser destinado à conta de Reserva de lucros, registrando-se a título de Reserva Especial, até que se possa verificar o cumprimento das condições que viabilizariam a distribuição de dividendos pela Companhia, previstas no referido Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento mediante Repasse de Recursos do FGTS, e contratos correlatos.

c. Dividendos:

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período ajustado na forma da lei. O dividendo a pagar em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$ 23.479, foi reclassificado para o patrimônio líquido em conta de Reserva Especial, conforme aprovação em ata datada de 30 de abril de 2018.

d. Lucro por ação:

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 - Lucro por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro do exercício com os montantes usados para calcular o lucro básico por ação:

	2018	2017
Lucro do exercício	121.838	99.233
Quantidade ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	504.805	464.713
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,2414</u>	<u>0,2135</u>

10. Receita líquida de serviços

A seguir está demonstrada a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício:

	2018	2017
Receita de construção	94.951	456.843
Receita de operação	11.062	-
Receita de atualização do ativo financeiro	431.348	363.123
Receita bruta	<u>537.361</u>	<u>819.966</u>
Impostos sobre receitas de construção - diferidos	(28.841)	(59.143)
Impostos sobre receitas de operação - correntes	(1.023)	-
(-) Impostos sobre receita	<u>(29.864)</u>	<u>(59.143)</u>
Receita líquida de serviços	<u>507.497</u>	<u>760.823</u>

11. Informações sobre a natureza de custos e despesas na demonstração do resultado

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Custos de construção	(83.583)	(402.148)
Custos de operação (*)	(7.027)	-
Serviços de terceiros	(6.539)	(1.612)
Salários, encargos sociais e benefícios	(7.945)	(4.970)
Matéria-prima, materiais de uso e consumo e outros	(2.246)	(1.145)
Total	<u>(107.340)</u>	<u>(409.875)</u>
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(90.610)	(402.148)
Despesas gerais e administrativas	(16.730)	(7.727)
Total	<u>(107.340)</u>	<u>(409.875)</u>

(*) Referem-se a custos com materiais, pessoal, serviços de terceiros, seguros e outros no exercício.

12. Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.327	1.740
Variação monetária	338	464
	<u>1.665</u>	<u>2.204</u>

Despesas financeiras:

Juros e amortização dos custos de captação sobre financiamento (Nota 8)	(214.459)	(202.660)
Juros sobre financiamento com partes relacionadas (Nota 6.(d))	(211)	-
Despesas bancárias	(2.335)	(139)
Outras	(131)	-
	<u>(217.136)</u>	<u>(202.799)</u>
	<u>(215.471)</u>	<u>(200.595)</u>

Resultado financeiro

13. Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social creditados ao resultado do exercício

	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	184.715	150.353
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas nominais	(62.803)	(51.120)
Ajuste para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos (Despesa) Crédito de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício	(74)	-
	<u>(62.877)</u>	<u>(51.120)</u>

b. Imposto de renda e a contribuição social diferidos no balanço patrimonial

Ativo:	31.12.2016	Movimentações		31.12.2017
	Saldo Inicial	Adições	Reversões	Saldo Final
Provisões diversas	571	506	(566)	511
Prejuízo fiscal	106.535	70.882	-	177.417
Saldo	107.106	71.388	(566)	177.928
Passivo:				
Provisão sobre as receitas de serviços	(106.922)	(121.942)	-	(228.864)
Saldo	(106.922)	(121.942)	-	(228.864)
Líquido	184	(50.554)	(566)	(50.936)

Ativo:	31.12.2017	Movimentações		31.12.2018
	Saldo Inicial	Adições	Reversões	Saldo Final
Provisões diversas	511	1.354	(506)	1.359
Prejuízo fiscal	177.417	75.565	-	252.982
Saldo	177.928	76.919	(506)	254.341
Passivo:				
Provisão sobre as receitas de serviços	(228.864)	(140.814)	1.524	(368.154)
Saldo	(228.864)	(140.814)	1.524	(368.154)
Líquido	(50.936)	(63.895)	1.018	(113.813)

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, com base nas projeções da Companhia indicam a realização a partir de 2019.

14. Tributos diferidos

Em 31 de dezembro de 2018 os saldos dos tributos diferidos são representados pelo reconhecimento de PIS e COFINS de R\$49.606 (R\$35.659 em 31 de dezembro de 2017), constituídos sobre as receitas e os custos de construção, em decorrência das diferenças fiscais e societárias entre o reconhecimento e o recolhimento desses tributos.

15. Instrumentos financeiros

Classificação contábil e valores justos

	Categoria	Nível	2018		2017	
			Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	1	32.306	32.306	12.299	12.299
Aplicações financeiras	Custo amortizado	1	48.529	48.529	1.962	1.962
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	1	33.000	33.000	-	-
Ativo financeiro	Custo amortizado	2	3.628.927	3.628.927	3.244.214	3.244.214
Passivos financeiros						
Financiamentos	Outros passivos financeiros	2	2.899.388	2.899.388	2.678.399	2.678.399
Empréstimos - partes relacionadas	Outros passivos financeiros	2	7.855	7.855	-	-

O valor justo do ativo financeiro e do financiamento contratado pela Companhia (Programa Saneamento para Todos) equivale ao valor registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo do empréstimo com partes relacionadas equipara-se ao valor contábil, uma vez que a Companhia já considera a variação diária de 100% do CDI no cálculo do valor contábil do empréstimo, sendo este o mesmo valor a ser pago pela Companhia em caso de liquidação do empréstimo. Em relação aos demais saldos contábeis a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxa de juros referencial (TR) no financiamento de longo prazo. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Essas posições estão demonstradas a seguir:

	2018	2017
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - CDI	32.306	12.299
Passivo:		
Financiamentos - TR	2.899.388	2.678.399
Empréstimos - partes relacionadas	7.855	-

A Companhia está exposta a riscos em oscilações de taxas de juros em operações de aplicações financeiras, financiamentos e empréstimos com partes relacionadas, cuja a avaliação da Administração está divulgada na nota 15 - Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros.

Gestão de risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O financiamento contratado pela Companhia prevê a concentração dos desembolsos referentes à amortização do valor principal e parcela de juros a partir de janeiro de 2019. A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, bem como despesas com fornecedores, por faixa de vencimento, incluindo parcelas de principal e juros futuros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais e projeções futuras:

	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Financiamentos	287.776	288.098	287.869	4.835.970	5.699.713
Empréstimos - partes relacionadas					